

O Lóbi na União Europeia

Contributo para a implementação em Portugal

1 Março de 2012

Lobbies, fiscalidade

TEM-SE escrito muito sobre lobbies e seus efeitos na economia e na gestão. Realmente, aqueles que tiram vantagem à fiscalidade e lativamente ao legislador e foi observado ao longo da história que, para a isso contribuir, conta com os especialistas e os especialistas em direito. Só que também é verdade que, por vezes, os especialistas evitam excessos e propõem ao legislador um melhor conhecimento da realidade. Também estão instalados os lobbies administrativos. No fundo, o problema está na velha questão: a sociedade corrompe o homem e o homem corrompe a sociedade.

O IVA não tem, contudo, necessariamente (ou só), efeitos inflacionistas, ou os terá tido em todos os países que o instituíam. Se há no IVA germes de inflação, também os há de anti-inflação.

combaterem tudo isso criando os seus paraísos e as suas zonas francas. Mas também isso ocorre, por exemplo, quando se revivescência de vocados os inconvencidos os países, cada um a seu modo. Mas, cada um a seu modo, esquecendo a ética e o IVA inflacionista.

A legislação fiscal deveria ser mais simples

...se que o legislador fiscal não faz leis mais simples, não as faz. Mas, cada um a seu modo, esquecendo a ética e o IVA inflacionista.

A importância dos «lobbies»

Jorge Morgado

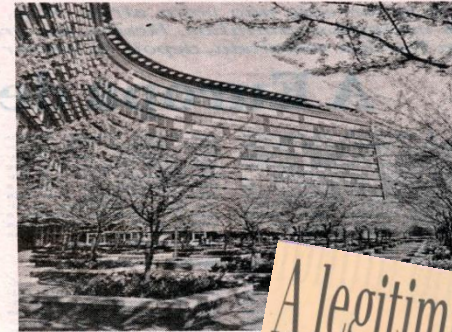
As sociedades democráticas são caracterizadas pela busca constante de equilíbrios no nível dos vários tipos de interesses presentes. É disso, não é de estranhar ver pessoas ou sociedades unirem-se para, em conjunto, através da sua acção, tentarem influenciar o legislador ou os decisores a abraçarem soluções que sejam mais favoráveis aos seus interesses.

Estes grupos de interesses são geralmente designados por lobbies ou grupos de pressão.

A utilização da palavra lobby como indicativo da acção de um grupo de pessoas ou de uma empresa com interesses comuns teve a sua origem nos Estados Unidos. A palavra lobby, cuja tradução é «corredor», foi sendo utilizada ao longo do tempo para designar, por extensão, os representantes dos interesses mais diversos que povoam os corredores do Senado e da Câmara dos Representantes em Washington. A acção dos lobbies tem sido detalhadamente analisada e vem sendo encarada nos países anglosaxónicos como um modo natural de os vários interesses em presença se fazerem ouvir.

Esta acção é vista com maiores reservas em outros países, especialmente nos mediterrânicos, onde muitas vezes são entendidos como perseguindo objectivos pouco claros tendentes a fazer prevalecer posições de algum modo ilegítimas.

Com a cada vez maior integração europeia, resultante dos compromissos assumidos em Maastricht, e a concomitante transferência de competências das autoridades nacionais



comunitário, com o objectivo de, no momento mais adequado, fazer ouvir a sua voz junto destas instâncias, nomeadamente ao nível da Comissão Europeia (sede do poder executivo) ou do Parlamento Europeu (sede do poder legislativo), e desse modo influenciar as suas decisões.

Como prova do que acabamos de afirmar, é dado a título de exemplo as 122 delegações que um único funcionário do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) recebeu em 1989, num total de 700 delegações que procuraram a sua divisão.

Estas acções, desenvolvidas a nível local, são muitas vezes consideradas como ilegítimas, nomeadamente quando se tratam de interesses colectivos.

O lóbi mau e o capuchinho

AFINAL FOI UM SIMPLIFICADO caso de «lobby». A principal testemunha do processo Melancia-Rui Mateus, revelou sob juramento: «O que eu fiz foi «lobby» para abrir o plano de feitura de cordões à bolsa. Não sei se o plano vai ser pouco útil para o cidadão comum. Mas, uma empresa...»

das empresas adversárias daquelas que se contratam. Mas essa tarefa de influenciar quem decide e feita com regras claras, os «lobbyists» têm casas de porta aberta (e público quem lhes paga) e é conhecido quem eles contactam. E, sobretudo, aqueles que eles contactam são os seus aliados. O lóbi mau é aquele que não tem a sua vida financeira, os políticos, os congressistas. Tomaram a política e demitiram-se por isso.

A legitimidade dos «lobbies»

DEFINIÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO NOS ESTADOS UNIDOS É MAIS DIFÍCIL DETERMINAR A LEGITIMIDADE DO INTERESSE COLECTIVO...



como aconteceu durante a Inquisição e no stalinismo contemporâneo. Daqui resulta a importância determinante da definição do que seja o interesse público, da avaliação do seu grau de consecução, porque esse é o substrato sobre o qual os governos atendem na definição do grau de legitimidade do poder e que em última análise, se desvirtuado, vai legitimar e favorecer o uso de meios de desvirtuação do poder e que se concretiza se não for por esse facto.

Pintasilgo quer «lobbies» legais

A ex-primeira-ministra defendeu a regulamentação dos grupos de interesse, o reforço dos poderes presidenciais, que a UE entre na Constituição e a avaliação regular da prestação dos deputados

MARIA HENRIQUE ESPADA

Regulamentar os lóbi, reforçar os poderes presidenciais, limitar ao mínimo a disciplina partidária, incluir, finalmente, matérias europeias na Constituição da República: são as propostas de Maria de Lurdes Pintasilgo para a reforma do sistema político, deixadas ontem aos deputados da respectiva comissão parlamentar. De fato bege, sorridente, a ex-primeira-ministra teve um discurso tão descastrado que alguns deputados nem terão reparado nas críticas certeiras ao sistema político e a algumas lacunas do próprio Parlamento. Mas fê-las.

Preocupada com a transparência de certas «trocas a que assistimos», apontou também uma solução: «Se há gente que funciona como lóbi junto do poder político, então que venha ao terreno. Não me repugna. Prefiro isso a que se diga que a, b ou c...»

Pintasilgo atacou ainda a disciplina partidária dos deputados, «um colete de forças para a inovação e para a consciência das pessoas.» Em vez de maiorias parti-



EUROPA. Pintasilgo quer ver a União Europeia na Constituição portuguesa

dárias, preferiria «maiorias de ideias» nos debates, servindo o «colete» só para a discussão de moções de censura ou confiança, orçamento e programa de Governo. Em matéria de revisão constitucional, propôs a inclusão das questões europeias na lei fundamental, que se deve «abrir a um conceito de soberania mais alargado», e justificou: «Hoje não faz sentido incluir os assuntos europeus na política externa. Se em 1974 dizíamos «A Europa conosco», hoje a Europa somos nós.» E defendeu ainda que a AR ande menos alheada da Comissão e do Parlamento europeu e reflita, na sua agenda, o que se está a passar nas instâncias comunitárias.

PORTUGAL

OS LÓBIS VÃO AMANHÃ POR AI

a...
ci...
re...
qu...
re...
cor...
ped...
os...
te...
gas...
sara...
por...
e...
AR...
de...
ção...
dos...
A...
no...
Par...
a...
prest...
rio...
é...
to...
mente.

PROGRAMA ■ PAÍSES COMO EUA E BÉLGICA TÊM HÁ ANOS O LÓBI REGULAMENTADO

Governo quer regular actividade dos lóbis

■ O Executivo tenciona definir as regras em que o famoso método da 'cunha' será utilizado. O bastonário da Ordem dos Advogados diz que era melhor criminalizar o tráfico de influências

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O Governo quer regulamentar, durante a actual legislatura, a actividade de lobing em Portugal, uma prática que encaixa que nem uma luva na tradição portuguesa da 'cunha'. O bastonário da Ordem dos Advogados não encara com optimismo esta intenção do Executivo, por temer que, no fundo, esta seja "mais uma lei para esvaziar outras leis". E como "o lóbi é tráfico de influências", Marinho Pinto defende que "era melhor criminalizar o tráfico de influências".

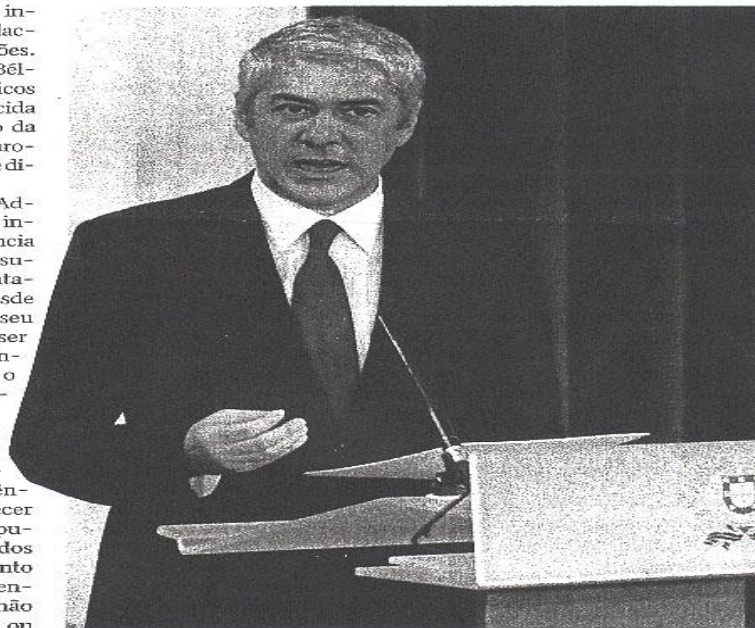
O Programa do Governo refere apenas que, perante a constatação de que "o processo democrático exige permanente actualização", o Governo irá promover "a definição de regras de transparência, registo e âmbito da actividade de lobing". Ao pretender regulamentar esta actividade em Portugal, o Executivo parece apostado em estabelecer os termos concretos em que os grupos de interesses, sejam empresas, associações ou simples priva-

dos, podem actuar de modo a influenciar em seu benefício a redacção de leis ou a tomada de decisões. Os Estados Unidos e a Bélgica são dois casos paradigmáticos onde a actividade lobing é exercida com grande intensidade junto da Casa Branca e da Comissão Europeia, ambos centros de poder de dimensão mundial.

O bastonário da Ordem dos Advogados, que tem defendido a introdução de maior transparência na vida pública portuguesa, assume que é "contra a regulamentação do lóbi". E, desde logo, porque, no seu entender, "vai ser muito difícil distinguir a cunha e o tráfico de influências do lóbi".

Marinho Pinto retoma mesmo um exemplo simples de transparência: "Enquanto não se estabelecer a incompatibilidade entre deputados e advogados, os deputados deviam apresentar no Parlamento o nome dos seus clientes e, enquanto fossem deputados, não deviam patrocinar o Estado ou empresas públicas". ■

Marinho Pinto receia que sejam esvaziadas outras leis



José Sócrates defende o estabelecimento de condições para o lóbi

🔍 PORMENORES

● DECISÃO LÓGICA

Marcelo Rebelo de Sousa considerou "lógico" que o PS tenha apresentado um programa de Governo igual ao eleitoral e recordou que Cavaco Silva, na sua primeira vitória, no final da década de 80, também usou a mesma estratégia de reapresentar o programa eleitoral.

● SÓ PCP NÃO DEFINIU

A maioria da oposição colocou de parte o chumbo do programa de Governo e o CDS-PP até reiterou o conselho de não se apresentar nem voto de confiança nem voto de rejeição. Só o PCP ainda não se recorre a um voto de rejeição.

● REUNIÃO DO PSD

O PSD reúne hoje a sua bancada parlamentar para definir a estratégia para o debate do programa de Governo. A líder do partido, Manuela Ferreira Leite, deve abrir o debate com o primeiro-ministro. Só no Orçamento poderá haver veto.

LOBI: Definição

Conjunto de actividades que, num sistema democrático, visam **exercer pressão** sobre os Poderes Públicos (Legislativo e Executivo), na defesa dos interesses de uma Empresa, Instituição, Sector de Actividade, Região ou País, no **Plano Legislativo**.

Áreas Interventivas



Contexto Socio-Político

1 Março de 2012

Lobistas: quem são?

- 1** – Associações / Empresas (Corporate)
- 2** – ONG's
- 3** – Cidades / Regiões
- 4** – Consultores Externos
 - Jurídicos
 - Comunicação / Gestão / Ciências Políticas / Relações Internacionais / ...
 - Ex-Governantes / Ex-Políticos / Ex-Deputados / Ex-Senadores / ...

Lobistas: quantos são?

- **Bruxelas** – Capital Europeia do Lobi
 - 15.000 / 30.000 pessoas
- **Parlamento Europeu**
 - 4.980 Lobistas acreditados (Novembro 2011)
 - 736 Eurodeputados
 - 22 Eurodeputados Portugueses

Públicos Alvo

Nacional

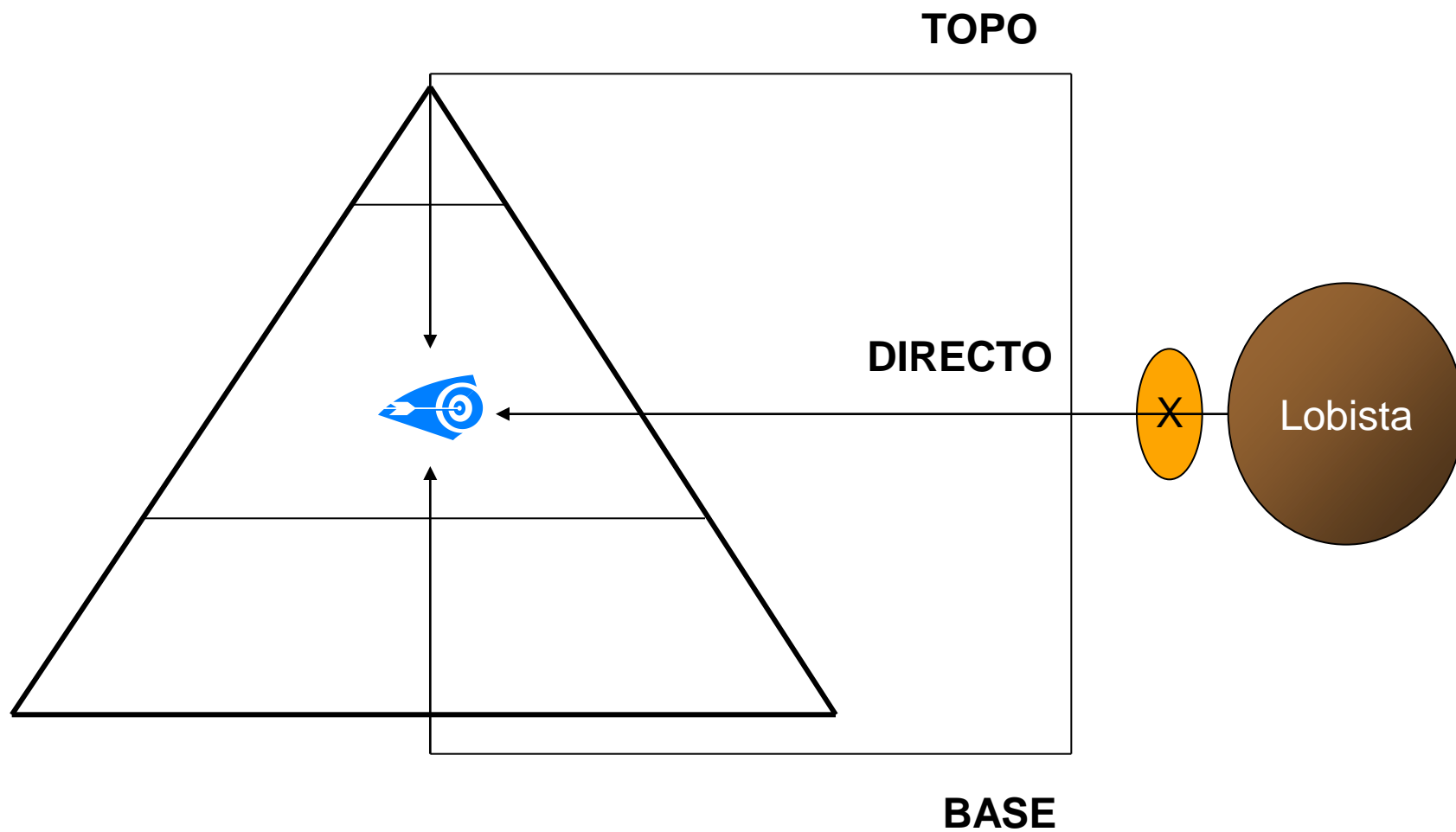
- AR / Grupos Parlamentares / Comissões / Deputados
- Governo / Ministérios / Sec. Estado / Institutos / DG / ...
- Presidência da Republica
- Partidos Políticos

Internacional

- Comissão + Parlamento + Conselho
- Agencias Comunitárias
- REPER's
- Governos e Parlamntos dos 27 Estados Membros
- Organizações Internacionais e suas Delegações

1 Março de 2012

Estratégia




1 Março de 2012

A – Lóbi Directo e de Topo (Inside Lobbying)

- 1. Position Paper**
- 2. Contactos personalizados e reuniões**
- 3. Carta aberta**
- 4. Visitas Organizadas**
- 5. Livro Verde / Livro Branco**
- 6. Petições / Recolha de Assinaturas**

B – Lóbi de Base (Outside Lobbying)

- 1. Media**  Publicidade
Assessoria Mediática

2. Internet (Cyber-Lobbying)

- Websites/Anti-sites/Blogs
- Posts, Newsgroups, BBS, Fora, YouTube
- Mail bombing
- Facebook, Twitter, MySpace, LinkedIn, ...

3. Eventos

4. Sondagens e Estudos de Mercado

5. Merchandising

Lóbi: Situação em Portugal

➤ 38 anos de Democracia + 26 anos na UE



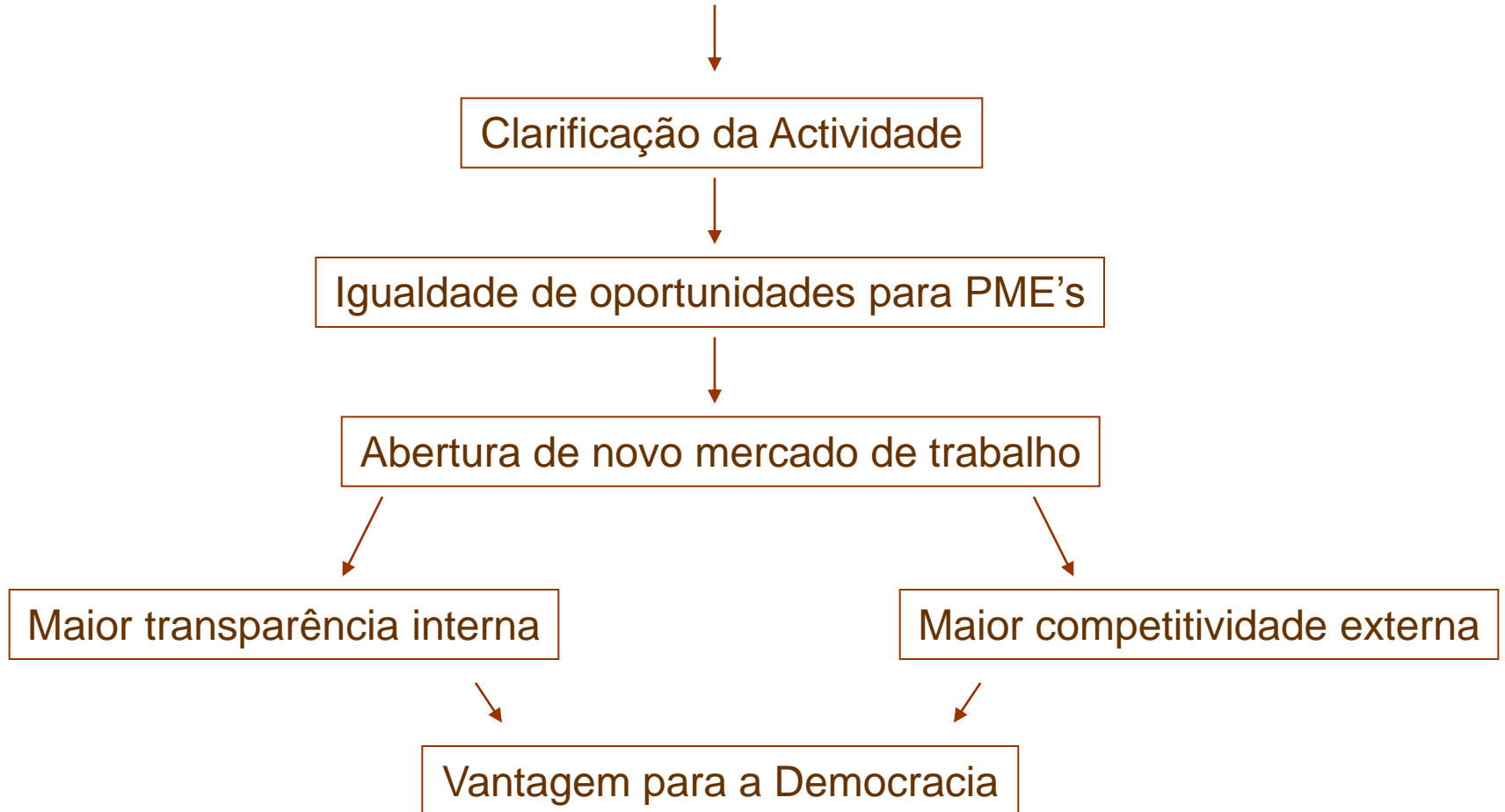
1 Março de 2012

Portugal: O que falta fazer

1. Definir em detalhe os contornos e parametros da actividade
2. Reconhecer e regulamentar a profissão
3. Criar um Código de Conduta (Código Deontológico)
4. Proceder a um registo oficial, de acesso público, de todos os que exercem a profissão de Lobistas
5. Criar na AR um serviço de controlo e supervisão das actividades dos Lobistas
6. Incentivar a formação pós-graduada em Lóbi (ou Public Affairs) para os licenciados em Direito, Gestão, Comunicação, Relações Internacionais e Assuntos Europeus
7. Apoiar a criação de uma Associação Portuguesa de Lobistas
8. Promover uma campanha de informação e sensibilização da opinião publica sobre o conceito de Lóbi

Lóbi Institucionalizado

Que vantagens?



1 Março de 2012

Obrigado
pela Atenção

J. Martins Lampreia

www.martinslampreia.com

OMNICONsul

Consultores em Comunicação, Lda.
Rua das Picoas, nº12 – 1º Andar – 1050-173 Lisboa

Tel. (351) 213 129 142

Fax (351) 213 541 340

E-mail: jlampreia@omniconsul.pt

www.martinslampreia.com

<http://twitter.com/#!/martinslampreia>

Mais informações em: www.omniconsul.pt